

## A influência do mito do amor platônico na construção do ideal do amor romântico no Brasil

### The influence of the myth of platonic love the construction of the ideal of romantic love in Brazil

Kelma Lima Cardoso Leite\*

**Resumo:** Este artigo evidencia que o amor romântico é um sentimento único, tecido com fios diversos, de gêneses diferentes. Por trás de um único ‘eu te amo’ há uma multiplicidade de componentes. Dentre eles destacam-se os mitológicos e imaginários que de modo algum podem ser tomados como mera ilusão, mas, sim, como uma profunda realidade humana. Tais componentes, moldados pelas culturas e sociedades, pouco a pouco se enraízam em nossa corporeidade e em nosso ser mental. Autores como Mary Del Priore e Jurandir Freire Costa ajudam a discorrer sobre as ambiguidades que envolvem o discurso em torno do amor, que ora é narrado como o sentimento que traz alegria e plenitude e ora como aquele responsável pelo sofrimento e ansiedade. Contrapondo a produção literária e cinematográfica e o mundo concreto, este artigo mostra que além das similaridades também há discrepância entre o “amor idealizado”, fruto do mito, e as relações concretas entre homens e mulheres.

**Palavras-chave:** Amor Romântico.Mito.Imaginário.

**Abstract:** This paper shows that romantic love is a single feeling fabric with various yarns of different genesis. Behind a single 'I Love You' there is a plurality of components. Noteworthy among them are mythological and imaginary that somehow can be taken as mere illusion, but rather as a profound human reality. Such components, shaped by cultures and societies, gradually take root in our corporeality and our mental being. Authors like Mary Del Priore and Jurandir Freire Costa help discuss the ambiguities that surround the discourse around love, which is now narrated as feeling that brings joy and fullness and sometimes as the one responsible

---

\* Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professora da Universidade Federal do Ceará na área de Ciências Sociais. E-mail: [kelma.leite@hotmail.com](mailto:kelma.leite@hotmail.com)

for the suffering and anxiety. Contrasting literary and film production and the concrete world, this paper shows that there are similarities beyond the discrepancy between the "courtly love", fruit of myth, and the concrete relations between men and women.

**Keywords:** Romanticlove. Myth. Imaginary

### **1 – Considerações iniciais**

A realidade social evidencia que apesar de homens e mulheres gozarem de considerável liberdade e autonomia que lhes permite estabelecer relações separadas entre amor e sexo, ou mesmo disporem de arranjos mais condizentes às demandas da sociedade contemporânea, o ideal de amor romântico ainda constitui parte integrante das conjugalidades.

Admite-se, no entanto, que escrever ou falar do amor não é uma tarefa fácil. Ora, “nenhum de seus constituintes afetivos, cognitivos ou conativos é fixo por natureza”, pois dado que o amor é uma crença emocional pode ser “mantido, alterado, dispensado, trocado, melhorado”, como todos os demais fenômenos sócio-culturais e psíquicos característicos da crença (COSTA, 1998, p. 150).

A certeza de que o amor é mutável confirma também a premissa de que ele foi e continua sendo inventado, logo, como “qualquer outra emoção presente em códigos de interação e vinculação interpessoais” ele é seletivo e a realidade social e psicológica dos sujeitos no decorrer da história confirma isso (COSTA, 1998, p. 18). Assim, mesmo correndo-se o risco de “cair na banalidade, na ambigüidade, no espiritualismo ou até mesmo no sentimentalismo, de maneira que os literatos, pregadores ou mesmo os cantores do amor não são mais convincentes”, é possível discorrer sobre o amor (ALMEIDA & MAYOR, 2006). Ainda que ele seja “uma pauta atemporal, ao que se sabe, as raízes do que se concebe [sobre ele] remontam aos gregos” (ALMEIDA & MAYOR, 2006).

### **2 – As percepções do amor no Brasil colônia**

Através do discurso de Diotima, Sócrates apresenta o amor como uma “resposta humana ao reconhecimento prévio do verdadeiro Bem e da verdadeira Beleza, estes, sim, valores permanentes aos quais o homem sábio deve aspirar”

(COSTA, 1998, p. 36). Trata-se aqui do Bem que é durável e não coincide com a futilidade da atração sensual, do desejo da carne.

Este esquema do amor platônico será abraçado, quase *ipsis literis*, pelos padres da igreja católica na alta idade média. Para Tomás de Aquino, por exemplo, a felicidade reside no encontro contemplativo do Bem que é Deus. Considerando que Ele é longânime, puro e limpo, a igreja embutiu no amor conjugal o ideal de paciência e castidade, um verdadeiro fogo de providência divina capaz de apagar todo o incêndio do amor ilícito e profano. Assim, “a renúncia recomendada concernia ao amor carnal” (COSTA, 1998, p. 36, 40). O amor-paixão era um inimigo que deveria ser vencido pelos cônjuges.

Com a chegada dos portugueses e da igreja católica no Brasil, Mary Del Priore afirma que tal associação do amor carnal com o pecado impediu que amor e sexo dessem as mãos no âmbito conjugal até as derradeiras décadas do século XIX (DEL PRIORE, 2006, p. 10). “A esposa devia amar o companheiro [com respeito] ‘como fazem as boas, virtuosas e bem procedidas mulheres de qualidade’, explicava um juiz eclesiástico em pleno século XVIII” (DEL PRIORE, 2006, p. 19).

Quanto ao marido, se ele fosse sábio amaria sua esposa com discernimento e ternura e jamais com paixão e ardor. Isso não seria difícil ao lado de uma mulher cuja excelência de espírito e os valores morais ascendia no homem apenas o que lhe havia de melhor. O moralista Francisco Nunes, assim ressalta as características femininas que o homem deveria procurar numa esposa: “[...] seja pois [...] formosa ou feia, nobre ou mecânica, rica ou pobre; porém não deixe de ser virtuosa, honesta, [...], e discreta” (DEL PRIORE, 2006, p. 23). Este tipo feminino entregava-se ao marido por amor a Deus (amor caritas) e não por mero desejo da carne. Abrigada pura e simplesmente no afeto de seu cônjuge e “na condição exclusiva de esposa continente, ela seria mais honrada” (DEL PRIORE, 2006, p. 27).

Se na visão da igreja não deveria ser movidos por amor-paixão (Amor Pandêmico) que os cônjuges se casavam era preciso ensiná-los a domesticar os afetos. O ideal era que o casamento gradualmente se esvazia-se totalmente dos apetites sexuais “para consolidar-se em uma nebulosa de sensações domésticas: o bem-querer” (Amor Celestial)<sup>1</sup> - amor ao belo que não se concentra no corpo, ou seja, no

---

<sup>1</sup>Pausânias, na obra *O Banquette*, distingue os dois tipos diferentes de Afrodite que dão origem ao Amor, a saber, Urânia e Pandêmia. O Amor que serve e submete-se a primeira é Celestial ao passo que aquele que serve e submete-se a segunda é Popular. Ele afirma que o Amor Popular é comum entre os

desejo da carne, mas, sim, na contemplação das virtudes – que misturava-se “à elevação do espírito, à devoção e à piedade. Tudo de preferência na santa paz do Senhor”(DEL PRIORE, 2006, p. 26).

Este amor do bem-querer ao vestir-se de bondade e caridade era despido de toda a lascívia e para melhor inculcá-lo no casal havia até mesmo manuais de domesticação do amor. À esposa se dizia que era necessário ter cuidado para não se tornar um veículo de perdição para o seu marido. “Era preciso não ter vaidades, ignorar a beleza física ou qualquer forma de atrativos que valorizassem o sexo. O enfeamento do corpo estava articulado com a punição deste mesmo corpo” (DEL PRIORE, 2006, p. 26).

Assim, os sentimentos entre os casais estavam sob a tutela da “educação dos sentidos” e mitigação do corpo feminino. Neste contexto, enquanto as mulheres eram obrigadas a se manterem sujeitas e recolhidas, ao homem era exigido o exercício da vontade patriarcal. Maridos dominadores e voluntariosos submetiam suas esposas a “relações sexuais mecânicas e despidas de expressões de afeto” (DEL PRIORE, 2006, p. 34). Deste modo, a mulher era provedora e recebedora de um amor que inspirava tão somente a ordem familiar.

Ao passo que a igreja condenava o amor profano e insistia no perigo do excesso de amor entre esposos, perpetuava a ideia de que a sexualidade entre marido e mulher fora dada exclusivamente para procriar. Contava para isso com a ajuda da ciência. Longos tratados médicos escritos em fins do Renascimento exerceram forte influência no Brasil. Tais tratados recorriam a definições filosóficas do amor e “a alusões literárias, históricas e científicas para concluir que o amor erótico, *amor-hercos*ou melancolia erótica, era resultado dos humores queimados pela paixão [...] que poderiam ser explicados em termos de patologia” (DEL PRIORE, 2006, p. 99). Muitos médicos louvavam o “amor feliz” do matrimônio que visava apenas à perpetuação da espécie e criticavam o “amor ardente” movido pelo desejo carnal, responsável por males que poderiam causar até mesmo a morte.

---

homens vulgares, amantes das mulheres, enquanto o Amor Celestial predomina entre os homens virtuosos semelhantes aos seus companheiros de banquete. Para tal filósofo o que definirá o tipo de amor nutrido é a motivação envolvida nele. Deste modo, os que amam a virtude amam também a beleza, ou seja, o que realmente perdura e é bom. Estes amantes são fiéis. Já aqueles que amam o corpo visam simplesmente seus próprios interesses egoístas, dessa forma, amam o que não dura e é mal e não conseguem ser fiéis. Enfim, o Amor Celeste é próprio dos seres virtuosos e o Popular dos seres vis. (PLATÃO, 1991)

Contudo, nem clérigos nem médicos conseguiram aplacar o amor-paixão e por não concederem espaço para ele no âmbito conjugal mulheres e homens casados, com maior frequência, o viveram muitas vezes fora dele. Nos registros de certos moralistas são citadas as esposas de senhores abastados que “não se querendo dar nunca por velhas, tomavam por afilhados, distintos mancebos provincianos a quem faziam afortuna” (DEL PRIORE, 2006, p. 196). Jovens casadas também “encontravam maneiras e espertezas capazes de lhe prover de outras relações” mais ardentes e carnis dentro “de vitórias ou carruagens com lanternas douradas, forros em damasco de seda e caixilhos das rodas em prata” (DEL PRIORE, 2006, p. 199).

Mas era entre os homens que o amor-paixão fora do casamento alastrava-se como sobrevivência de doutrinas morais tradicionais. “Fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o restante do tempo, era com a outra” (DEL PRIORE, 2006, p. 195). Tais relacionamentos eram caracterizados pela paixão amorosa, busca de prazer e pelos códigos que variavam entre grupos sociais ou etnicamente diversos. Mulheres mestiças, negras e brancas europeias eram vistas como fáceis, ou seja, diferentes das mulheres de família com as quais se devianamarar, noivar e casar (DEL PRIORE, 2006, p. 203).

Durante o período colonial, a misoginia racista da sociedade escravocrata classificava como fáceis às negras e pardas, fossem elas escravas ou forras, as quais os convites para fornicção eram realizados de modo direto e sem melindres. Já no decorrer do século XIX “as cidades mais importantes tornaram-se abrigo para *cáftens* internacionais, fundadores de bordéis e cabarés. As francesas, sucedidas pelas polacas, começaram a chegar” (DEL PRIORE, 2006, p. 205) e se tornam verdadeiros objetos de satisfação carnal. Enquanto as cocotes – geralmente francesas – representavam o luxo e a ostentação, as polacas eram mero “produto de exportação do tráfico internacional do sexo que abastecia os prostíbulos das capitais importantes e pobres” (DEL PRIORE, 2006, p. 205).

Percebe-se com isso que até o século XIX o amor extra-conjugal também era marcado pela desigualdade, escravidão e patriarcalismo que “trazem em seu bojo a mentalidade de uma desigualdade profunda entre os sexos” (DEL PRIORE, 2006, p. 111). As práticas amorosas transplantadas para a colônia pelos portugueses eram impregnadas pela visão misógina grega do feminino, logo, a mulher era enxergada como um “ser inferior, mais frágil, mais fraco. Amá-las? Só fisicamente [Amor

Pandêmico: vulgar e popular]. E, de preferência, fora do casamento. Matrimônios, por seu turno, só os bem pensados em termos de bens. Casamento bom era casamento racional”, ou seja, aquele arranjado pelo pai e que alvejava a preservação e perpetuação da riqueza da família (DEL PRIORE, 2006, p. 111).

Até mesmo as formas de coabitação e formação de família entre pequenos comerciantes, artífices e trabalhadores livres, atendiam “às exigências da divisão de trabalho e da preservação de grupos mais poderosos” (DEL PRIORE, 2006, p. 165). Existiam famílias poderosas que impunham às criadas do serviço doméstico o casamento com homens de confiança, enquanto viajantes ou imigrantes estrangeiros pobres buscavam parceiros entre aqueles que constituíam seus grupos de partilha social evitando uniões legítimas com outras etnias. Assim o amor entre negros, pardos e brancos pobres também ocupava, de certa forma, um lugar de menor importância, aparecendo muitas vezes como consequência da vida diária.

Todavia, havia também entre pessoas humildes muitos casamentos e relações de concubinato não arranjadas, portanto, carinho e amor eram requisitos almejados. Nestes tipos de relacionamento os padrões de moralidade eram mais flexíveis e algumas mulheres permitiam certas brincadeiras amorosas a ponto de praticarem sexo antes do casamento. Vale ressaltar que neste universo as mulheres não eram tão submissas quanto às senhoras de elite. Muitas delas motivadas pelo ciúme tinham reações violentas e agrediam os parceiros fisicamente. Contudo, eram recorrentes os numerosos casos de assassinato de mulheres carentes quando o parceiro muito se sentia ofendido ou suspeitava de adultério.

Mesmo reconhecendo que a construção de identidades amorosas e do imaginário amoroso no Brasil até o século XIX enraíza-se majoritariamente na interiorização por parte de homens e mulheres de normas enunciadas pela igreja ou pela ciência, não há dúvida também de que a cultura literária exerceu grande influência no plano imaginário. De fato, “sem histórias de amor, sem narrativas amorosas, sem uma narrativa ficcional que traga o erotismo de volta ao centro das ideias de felicidade, o amor deixa de ser amor” (COSTA, 1998, p. 144). Não por menos, Morin, citando La Rochefoucauld, afirma: “se não houvesse romances de amor, este nunca seria conhecido”, pois é “pela palavra que simultaneamente se exprimem a verdade, a ilusão e a mentira que podem circundar ou construir o amor” (MORIN, 2005, p. 17). Que verdades, ilusões e mentiras sobre o amor narradas pelos

literatos europeus e brasileiros aqui reverberaram de modo concreto e simbolicamente?

O filósofo Marsílio Ficino, tradutor e propagandista das idéias de Platão, impôs as especulações do filósofo grego à Europa refinada. Suas obras foram traduzidas, lidas e comentadas em vários países europeus. Ele rememora os comentários de Platão sobre o mito da androginia, para concluir que o amor é a reunião de duas partes, antes separadas. Ele é o reencontro de duas antigas e caras metades. A unidade readquirida não é, contudo, perfeita. Essa nova unidade é marcada pelo estranhamento e por cicatrizes da separação. Em 1541, graças ao sucesso dos *Dialogidi amore* — Diálogos de amor — de Leon, o Hebreu, belas mulheres e audazes cavaleiros aprendem a dissertar sobre o valor universal da paixão espiritual, cuidadosamente distinta do triste amor carnal (DEL PRIORE, 2006, p. 79).

Este tipo de neoplatonismo foi facilmente incorporado pela sociedade portuguesa que se encontrava “ancorada no domínio esmagador do mundo agrário, na dominação da aristocracia senhorial e eclesiástica profundamente marcada pela religião” e pelo atraso do sistema de ensino desde as primeiras letras à universidade (DEL PRIORE, 2006, p. 88). Muitas tentativas de exaltação erótica literária esbarrava quase sempre na censura de professores que ainda não tinham se distanciado dos dogmas da igreja. “Apesar da difusão de toda a literatura estrangeira “iluminista”, a estrutura mental lusa não apagava a religião” (DEL PRIORE, 2006, p. 89).

O tema principal dos trovadores portugueses que cantavam o amor estabelecia-se na “ideia de que Deus se revela na exaltação amorosa [...]. Os poéticos, modelos de breves e rigorosas artes de amar cultuam a “dona” que encarna a sabedoria e dá a conhecer ao homem seu destino” (DEL PRIORE, 2006, p. 90). Até mesmo o famoso poeta português Luis de Camões sofreu influência de Santo Agostinho foi “buscar na Itália renascentista sua inspiração. Da mesma forma como Beatriz conduz Dante pelas alturas do paraíso, ele busca impregnar seus personagens femininos de uma luz sobrenatural que lhe transfigura as feições. (...)No retrato da amada, Camões persegue Laura de Dante”(DEL PRIORE, 2006, p. 90).

Não obstante, Camões também registrou o conflito “entre o desejo carnal e o ideal do amor desinteressado. Se o amor é um “efeito da alma’, como entender que o amante queira ver corporalmente a amada - pergunta em um soneto?”(DEL PRIORE, 2006, p. 94). A resposta é fornecida por Duriano, um personagem do *Auto*

*de Filodemo*, “que aponta ironicamente a contradição entre amar pela ‘ativa’ – fisicamente – e amar pela ‘passiva’ – espiritualmente, mostrando que a ideia de dois amores já estava bem consolidada”, assim como na prática também na literatura (DEL PRIORE, 2006, p. 94).

Em consonância com esse dualismo paradoxal, a novela de cavalaria muito conhecida em Portugal *Amadis de Gaula*, narra a história de Amadis e Oriana que, embora não casados, entregam-se ao amor físico em cima do manto da erva, mais por graça e comedimento da mulher que por desenvoltura e ousadia do homem (DEL PRIORE, 2006, p. 92). As denominadas poesias populares também celebravam o amor e nelas “era comum a presença de fontes em que enamorados se encontram, de pastoras que fogem com seus amados, ou de afirmações do tipo, ‘o amor é cego, já vai me vencendo” (DEL PRIORE, 2006, p. 95).

Com grande veemência tais poesias também destacavam as esposas fiéis, as mulheres cativas e as heroínas perseguidas. Apesar dos lampejos de amor carnal e exaltação do feminino, muitas obras literárias consolidaram a ideia de que o casamento era um negócio de longa duração cuja principal característica - fundamentada numa concepção cristã - era a eliminação do amor-paixão entre os cônjuges e a plena obediência da mulher. Uma obra literária que foi sucesso na Europa no século XVIII contava a história de Julie, jovem que

sonhava em desfazer-se do aristocrático candidato apresentado pelo pai para casar-se com um pobre professor, príncipe dos seus sonhos [...]. Mas o autor estava aí para lembrar que a paixão não era tudo. Mais importante eram os compromissos sociais. E a bela Julie nunca seria feliz fazendo seu pai infeliz. Conclusão: ela aceita o marido que lhe é proposto e compreende que é possível viver com alguém, para sempre, de forma amigável, sem qualquer sentimento mais forte (DEL PRIORE, 2006, p. 123).

### **3 – As percepções do amor no Brasil a partir do século XIX**

Vê-se desse modo que o amor-paixão até o século XVIII ainda continuava expurgado do casamento. No Brasil, coube a José de Alencar narrar na obra intitulada *Senhora* publicada em 1875, o duelo entre amor-paixão e casamento por interesse e o triunfo do primeiro sobre o segundo. Este romance urbano é considerado uma crônica dos costumes, um reflexo da sociedade fluminense da época em que o próprio escritor viveu. Nesta obra, assim como em *Lucíola*, José de Alencar

critica a sociedade que lhe é contemporânea e aprofunda-se na psicologia da personagem principal, traçando um mapa do que se concordou denominar um “perfil de mulher”.

Ademais, *Senhora* continua sendo indiscutivelmente uma obra romântica cujo núcleo do enredo é: Aurélia Camargo, filha de uma humilde costureira, apaixona-se e namora Fernando Seixas, que desfaz o relacionamento motivado pelo desejo de casar com uma jovem rica, Adelaide Amaral. Algum tempo depois do falecimento de sua mãe, Aurélia recebe uma generosa herança do avô e ascende na escala social. Ainda apaixonada e extremamente magoada com o antigo namorado ela trama um modo para vingar-se dele. Após saber que Fernando Seixas continua solteiro e encontra-se em dificuldade financeira, resolve comprá-lo como marido por cem mil cruzeiros. Naquela época ainda vigorava o regime de casamento dotal no qual o pai da noiva ou ela própria dava um dote ao futuro esposo.

Mas, afinal, que tipo de mulher era Aurélia? José de Alencar assim a descreve: “Era rica e formosa. Duas opulências, que se realçam como a flor em vaso de alabastro; dois esplendores que se refletem, como o raio de sol no prisma do diamante” (ALENCAR, 2001, p. 10). Contudo, a beleza e riqueza de Aurélia não superavam seu caráter altivo. A linda moça sagaz e de muita personalidade, diferente da submissa Julie, de modo irônico e sarcástico escarnecia e desdenhava dos valores da sociedade na qual vivia.

Por outro lado, a origem poética e fidalga de Fernando Seixas incutiu em sua índole uma flexibilidade de caráter que muitas vezes o levava a agir com leviandade. Segundo Alencar, a vida sofisticada “estragara o caráter de Seixas” e “sua honestidade havia tomado essa têmpera flexível da cera que se amolda as fantasias da vaidade e aos reclamos da ambição”. Movido por tais sentimentos vis ele aceita a proposta do procurador Lemos, mesmo sem saber exatamente com quem iria se casar. Interessava-lhe apenas o dinheiro.

Todavia, após descobrir que sua noiva era Aurélia, Fernando passa a se autoconsiderar um felizardo, pois, na verdade, nunca havia deixado de amá-la. A única coisa que tinha em mente depois de oficializado o noivado era: “Ela dúvida que eu a ame [...]. Suspeita que tenha a mira em sua riqueza. É preciso que a convença da sinceridade de minha afeição. Se ela soubesse! Um desgraçado pode sacrificar sua liberdade; mas a alma não se vende!” Porém, Aurélia na noite de núpcias, após as

ardentes declarações amorosas do marido, deixa claro que ambos estavam casados por mera convenção social e dormiriam em quartos separados.

A recusa de Aurélia de entregar-se ao amor físico tinha como entrave o dote pago ao noivo. Mas, foram exatamente os obstáculos que deram a história de Aurélia e Fernando o caráter de romance, afinal, “sem entraves ao amor, não há romance” (ROUGEMONT, 1988, p. 44). A literatura se não captou, ofereceu a mulher e ao homem a psicologia amorosa que os circunda: “quer desejemos mais consciente ou simplesmente o amor mais intenso, desejamos em segredo o obstáculo. Se for preciso, criamos o obstáculo, imaginamo-lo” (ROUGEMONT, 1988, p. 44). Fernando foi o primeiro a criar obstáculos quando decidiu terminar o relacionamento com Aurélia para casar-se com outra por mero interesse. Depois é a vez de Aurélia recusar por orgulho entregar-se ao homem que amava.

Para sofrimento de ambos, durante meses uma relação conjugal determinada pelas ofensas e sarcasmos se desenvolveu entre os dois. Ora, “o amor feliz não tem história na literatura” (ROUGEMONT, 1988, p.44). Em *Senhora*, o amor-paixão é “simultaneamente partilhado e combatido, ansioso por uma felicidade que rejeita, glorificado por sua catástrofe – o *amor recíproco infeliz*” (ROUGEMONT, 1988, p.44). Alencar descreve pormenorizadamente os momentos de intensa atração do casal seguido depois pela retração.

Somente depois de Fernando trabalhar e realizar um negócio que lhe permite levantar dinheiro suficiente para restituir a esposa e obter em troca a separação, é que Aurélia reconhece neste gesto uma prova de sua regeneração e vencida pelo amor, ao receber o dinheiro de suas mãos, declara-se e o casamento é consumado. Fernando prova que amava, mas também desejava intensa e ardentemente a esposa. Assim, sem os obstáculos impostos pelas convenções, ambições e interesses de classe, o amor-paixão é, enfim, vivido entre os cônjuges.

Neste sentido, será que *Senhora* representa uma concreta insatisfação que se desenhava no seio de uma sociedade onde imperavam as convenções e interesses de classe em detrimento da associação do amar pela ativa (Amor Pandêmico) com o amar pela passiva (Amor Celestial) no âmbito conjugal? Para Del Priore, o século XIX foi um “tempo de desejos contidos, de desejos frustrados”, que “abriu-se com um suspiro romântico [no âmbito conjugal] e fechou-se com o higienismo frio de confesores e médicos. Século hipócrita que reprimiu o sexo, mas foi por ele

obcecado. Vigiava a nudez, mas olhava pelos buracos da fechadura. Impunha regras aos casais, mas liberava os bordéis” (DEL PRIORE, 2006, p. 232).

É certo que ao longo de cem anos um novo código amoroso se efetuou, principalmente a partir de 1850, “com a onipresença do amor romântico nos romances e em outras formas de escrita e leitura”. Não obstante, tais fontes literárias eram apontadas como más leituras, “sobretudo as de José de Alencar com ‘certas cenas desnudadas’ e ‘certos perfis de mulheres ativas e caprichosas” capazes de seduzir a uma jovem inexperiente e levá-la “a querer imitar esses tipos inconvenientes na vida real” (DEL PRIORE, 2006, p. 187).

Deste modo, “a despeito do discurso romântico, o casamento era organizado como uma verdadeira camisa-de-força social: havia um ativo mercado matrimonial no qual [...] numerosas Julies tiveram de se curvar à vontade da família” e numerosas mulheres brancas, pobres e jovens que não haviam conseguido casamento numa terra cujo mercado matrimonial era escasso, “encontravam no homem mais velho, mesmo casado, o amparo financeiro ou social de que precisavam” (DEL PRIORE, 2006, p. 232). Sem falar no concubinato corrente entre homens brancos e mulheres afro-descendente. Sobre isso o conde Suzanet que aqui esteve em 1825 diz: “há distritos inteiros em que só se encontram dois ou três lares constituídos. O resto dos habitantes vive em concubinato com mulheres brancas ou mulatas” (DEL PRIORE, 2006, p. 178).

E o que dizer do século XX? Durante a consolidação da República os casais percorreram lentamente um pedregoso caminho que gradativamente incluiu o mito do amor com todas as suas faces – amor pandêmico, amor celeste, enfim, amor romântico – no contexto conjugal e ao mesmo tempo abriu espaço para o amor livre. Novos comportamentos assinalados por grandes alterações sociais e econômicas provocaram espantosa cisão ética na história das relações entre homens e mulheres o que alterou progressivamente a cartilha do casamento. A mulher começou a dizer “não” para certas proibições ao passo que dizia “sim” para certas transgressões.

Os médicos ressaltavam quão prejudicial era a falta de exercícios. Diziam eles que as mulheres reclusas em casa feneciam e murchavam. “Era preciso oxigenar a carne e alegrar-se graças ao equilíbrio saudável do organismo” (DEL PRIORE, 2006, p. 256). Com isso muitas mulheres passaram a importar certos exercícios físicos da Europa a despeito dos moralistas que os consideravam imorais e

degenerativos. Logo, a bicicleta, a natação, o tênis, a musculação e o regime começam a modelar o corpo da mulher moderna. Altera-se, portanto, a anatomia corporal feminina e “as pesadas matronas de Renoir são substituídas pelas sílfides de Degas. [...] Tinha início a perseguição ao chamado *enbompoint* – os quilinhos a mais – mesmo que discreto” (DEL PRIORE, 2006, p. 258). Entram na moda os corpos esbeltos, leves e delicados, enfim, o corpo magro.

Segundo Del Priore, tal ideal de beleza “não foi apenas uma moda, foi também o desabrochar de uma mística da magreza, uma mitologia da linha, uma obsessão pelo emagrecimento” que alterou o modo de vestir o corpo (DEL PRIORE, 2006, p. 258). As mulheres deixaram para trás a “couraça vestimentar que as tinha simbolicamente protegido do desejo masculino, no século anterior” e aderiam cada vez mais as roupas coladas, bem próximas ao corpo, e as saias que expunham um pedaço da canela que as botinhas de cano alto não conseguiam esconder (DEL PRIORE, 2006, p. 256) .

Essa nova figura feminina cujo corpo começava a se soltar, ousava dizer: “[...] a mulher que teve intercurso com homens antes de casada é tão honrada como o homem nas mesmas condições, uma vez que ela tenha uma profissão e viva honestamente de seu trabalho” (DEL PRIORE apud Ercília Nogueira Cobra, 2006, p. 271). A pintora Tarsíla do Amaral e a escritora Pagu se tornaram ícones desse período devido à abundância de relacionamentos e as condutas desafiadoras. Ambas não estavam sozinhas no movimento que criticava as relações monogâmicas insolúveis e reivindicava o direito de viver o “amor livre”. Tais temáticas também faziam parte da bandeira de muitos outros anarquistas que diziam que o divórcio ao facilitar a separação dos casais insatisfeitos propiciaria também à felicidade de ambos. Quanto ao “amor livre”, beneficiaria homens e mulheres por permitir “à plena manifestação das emoções”(DEL PRIORE, 2006, 274).

Na literatura não era mais o casal Aurélia e Fernando que colocava em *xequê* as convenções, mas, sim, a célebre personagem “Melindrosa” e seu companheiro “Almofadinha”. Ela, volúvel, fácil, vaidosa e sedutora. Ele, por detrás da aparência impecável, escondia a ignorância e a gigolotagem. A melindrosa fictícia de maior sucesso na década de 20 foi Rosalina, personagem principal do *best-seller* mais vendido na República Velha e intitulado *Melle Cinema* pelo autor Benjamim Constallant. A única coisa em comum entre Rosalina e Aurélia era o desdém que

ambas nutriam pelos valores da sociedade hipócrita e interesseira na qual estavam inseridas.

Sentimentos ligados à traição e ao amor também eram evidentes nas telas de cinema que estimulavam ainda a incorporação do “misto de alegria, mocidade, *jazz* e *coktails*”peculiares aos tipos de garotas modernas elaborados pelas atrizes Clara Bow, Alice White, Colleen Moore (DEL PRIORE, 2006, p. 292). Estrelas do cinema como ThedaBara e Greta Garbo representavam a mulher-mistério e abatiam corações com sua malícia ímpar.

Curiosamente, foi nos filmes que ficou notória a ideia de que o casamento era a solução mais adequada para qualquer tipo de problema e de que havia também o tipo de mulher ideal para casar. Até mesmo pessoas de classes sociais diferentes poderiam unir-se por meio do matrimônio e viver o tão sonhado final feliz.

Grande sucesso nesses anos, a influenciar o imaginário amoroso, mundo afora, foram os musicais. [...]Nesta versão — explica o historiador Nicolau Sevcenko — o casal amoroso se torna uma entidade autônoma, que existe em um contexto auto-referido, em que tudo o que acontece ao seu redor só tem sentido em virtude de sua relação — cômico-dramática — amorosa. É como se eles existissem à parte da sociedade, tendo como único nexos explicativo seu comportamento e das outras pessoas que orbitam à volta de sua ligação apaixonada. Assim eles se indispõem sucessivamente contra seus pais e familiares, contra seus amigos e circunstâncias, contra hierarquias e convenções sociais, enfim, se batem contra tudo que possa interferir em sua relação amorosa. O par amoroso só se realiza voltado para si mesmo e contra a sociedade que o cerca. Paradoxalmente, lembra o historiador, o amor torna-se um fermento anti-social, sugerindo a emancipação das cadeias tradicionais de autoridade (DEL PRIORE, 2006, p. 293).

Invadiam ainda as telas de cinema as mulheres que personificavam demônios ou anjos. As primeiras, possuidoras de curvas generosas e insinuantes, verdadeiras divas fatais, *vamps*, cujos corpos eram cobertos pelos pijamas de seda e a fumaça da cigarrilha, enfim, exóticas e perturbadoras. As segundas, ingênuas, frágeis, “delicadas ‘como *biscuits*’ magras e de feições angelicais” (DEL PRIORE, 2006, p. 293). Em 1930, um articulista da revista *Cinearte* descreveu a protagonista do filme *Saudade*, Tamar Moema, representante desse tipo de mulher: “Tamarzinha é assim. Pequenininha. Morena. Mais simples do que o lírio. Mais suave do que um beijo de amor. Humilde. Fala pouco. É para a alma. Não para o sangue. Ela é um lar. Uma

aliança novinha, num dedo bonito. A grinalda de noiva. O verdadeiro amor!” (DEL PRIORE, 2006, p. 294).

A indústria cinematográfica, sobretudo a holywodiana, denunciava uma tendência que marcou o século XX, a saber, o amor como alicerce de uma relação. A partir deste século o casamento de conveniência passou a ser encarado como vergonhoso e os casais começaram a “se escolher porque as relações matrimoniais tinham de ser fundadas no sentimento recíproco” de amor as virtudes (Amor Celeste) e ao físico (Amor Pandêmico) (DEL PRIORE, 2006, p. 242). Enquanto algumas mulheres, muito próximas simbolicamente da representação que se tinha das *vamps*, lutavam para amar e ser amadas sem nenhum compromisso, as mulheres anjos eram conduzidas a crer que não casar era sinal de insucesso.

Nos anos 40 e 50, no seio das novidades impostas de maneira desigual pela urbanização, industrialização e êxodo campo-cidade, ocorreu à diluição significativa das redes tradicionais de sociabilidade que culminou na democratização das relações afetivas. A entrada das mulheres ricas ou pobres no mercado de trabalho – fábrica, loja, escritório – dilacerou sua reclusão tradicional e alterou de modo definitivo os seus *status*. Elas foram sendo levadas progressivamente para mais perto dos homens. As consequências imediatas foram observadas nos novos tipos de recreação e de namoro que provocaram contato muito mais sistemático e direto entre rapazes e moças. Em todos os meios, fossem eles urbanos ou rurais, o “namoro pulara a janela [e] fora da porta para a rua. O contato físico estreitava-se” (DEL PRIORE, 2006, p. 300).

Mais uma vez a dramaturgia captará e reproduzirá tais mudanças. Nas telas de cinema “os beijos tornam-se cada vez mais demorados, uma verdadeira arte da sucção bucal” (DEL PRIORE, 2006, p. 301). As pessoas começaram a imitar tais beijos que se transformaram em sinônimo de namorar e passaram também “a tocar-se e a acariciar-se por cima das roupas” (DEL PRIORE, 2006, p. 301). Nesse contexto de tantas mudanças fortaleceu-se a dicotomia entre mulheres fáceis e respeitadas.

Nas revistas de grande circulação “liam-se as críticas às liberdades do cinema” (DEL PRIORE, 2006, p. 305). As pessoas adultas perseguiram a rebeldia juvenil. O conflito entre as transformações desejadas pelos jovens e o velho modelo repressivo era tão marcante que uma leitora aflita escreve ao jornal *Cruzeiro*:

[...] quando uma mulher sorri para um homem é porque é apresentada. Quando o trata com secura é porque é de gelo. Quando consente que a beije, é leviana. Quando não permite carinhos, vai logo procurar outra. Quando lhe fala de amor, pensa que quer ‘pegá-lo’. Quando evita o assunto, é ‘paraíba Quando sai com vários rapazes é porque não se dá valor. Quando fica em casa é porque ninguém a quer [...]. Qual é o modo, pelo amor de Deus, de satisfazê-lo?

Orientavam-se as jovens moças a lerem livros da designada Biblioteca das moças, da Editora Nacional e grande sucesso dos anos 40 a 60, “cujos textos davam asas à imaginação de quem sonhava com um príncipe encantado. [...] O herói e a heroína eram sempre belos e perfeitos” (DEL PRIORE, 2006, p. 306). Esta última sempre se impunha e vencida “por suas qualidades morais, permeadas de valores religiosos” (DEL PRIORE, 2006, p. 306). Contudo, as regras e as exortações “não foram suficientes para barrar algumas pioneiras que fugiam ao padrão estabelecido. Essas transgrediam [...] explorando sua sexualidade nos bancos dos carros” e desprezavam a virgindade e o casamento para viver um grande amor que acabava gerando filhos rejeitados pelos pais e criados pelas mães. Assim, “embora fosse senso comum que as ‘mulheres vivem para o amor’, [...] restava perguntar, qual amor? Que amor era esse?” (DEL PRIORE, 2006, p. 307-309).

Alguns deslizes podiam ser tolerados em nome da abnegação feminina, mas errar por paixão? Nunca. O amor verdadeiro e digno era feito de juízo. A paixão — se o leitor ainda se lembra do período colonial — era loucura passageira, impossível, “sentimento insensato que jamais poderá concretizar-se numa união legal”. (...) Milhares de histórias tristes, nas revistas e nos filmes, inspiradas na “vida real”, encarregavam-se de bombardear as pretensões de quem quisesse fugir à norma. Tanto assim que, raros os que se casavam com as “defloradas” por outro. No próprio Código Civil previa-se a anulação do casamento no caso do noivo, “induzido a erro essencial”, ter sido enganado. E mesmo quando apaixonados, os rapazes temiam que a moça em questão tivesse dado ao outro os carinhos que agora lhe dava (DEL PRIORE, 2006, p. 309-310).

Depois de homem e mulher devidamente casados o desquite era a única alternativa de separação. Todavia, ele não amparava legalmente a contratação de outro matrimônio. Ainda assim, o índice de separação aumentou nos censos demográficos entre as décadas de 1940 e 1960. Tais números já indicavam a revolução sexual que se desenhava a partir dos anos 60 favorecida pela pílula anticoncepcional. Os jovens, “livres da sífilis e ainda longe da aids, [...] podiam

experimental de tudo”, inclusive do amor (DEL PRIORE, 2006, p. 320). “A moral sexual flexibilizava-se e parceiros não casados eram cada vez mais aceitos, já podendo circular socialmente. A sexualidade ainda era vivida como um pecado, aos olhos da igreja, mas um número crescente de católicos [...] começava a acreditar que amor e prazer podiam andar juntos” (DEL PRIORE, 2006, p. 321). Os casais almejavam a “interação entre amor físico e espiritual e a renovação contínua do amor” (DEL PRIORE, 2006, p. 321).

Del Priore discorrendo sobre este período salienta que as carícias generalizavam-se, os beijos se tornaram mais profundos e as preliminares mais longas. A sexualidade bucal se estendeu a várias partes do corpo o que exigia a nudez completa dos parceiros. “As mulheres começavam a poder desobedecer às normas sociais, parentais e familiares” (DEL PRIORE, 2006, p. 321). Mas, a revolução também tinha sua face oculta: “o discurso normativo, a pressão do grupo, a culpa, a diferença entre mulheres certas – as que ‘não davam’ – e erradas – ‘as que davam’” (DEL PRIORE, 2006, p. 329). Vê-se que valores de longa duração continuavam persistindo e em “plena década de 70, o lar ainda era o lugar da mulher e a vida pública, a rua, do homem” (DEL PRIORE, 2006, p. 329).

#### **4 – Considerações finais**

Da década de 80 para cá passamos a viver um movimento, de fato, transformador responsável pela separação definitiva da sexualidade, do casamento e do amor. Ninguém mais contentava-se em casar-se sem “se experimentar”. As jovens encaradas frias pelos parceiros eram imediatamente descartadas e a ciência foi paulatinamente sobrepujando a ideia de pecado da carne. Com isso, a ausência de desejo é que foi e continua sendo perseguida e o amor romântico impregnado de amor-paixão se transformou num ícone hipervalorizado, “centro imaginário do ideal de felicidade pessoal”, ou seja, acreditamos piamente que o amor não é mais um meio mas o atributo essencial para sermos felizes, assim como pensavam os gregos (COSTA, 1998, p. 21). Segundo Costa, as hipóteses que explicam a condição fantasmagórica onipresente, onisciente e onipotente do amor no contexto atual podem ser compreendidas nos seguintes termos:

[...] a perda de interesse pela vida pública, praticamente reduzida a questões de mercado, provocou um enorme retraimento dos sujeitos para a vida privada, com a conseqüente exaltação das expectativas amorosas. Podemos também supor que a liberação e a emancipação das chamadas minorias sexuais trouxe, para muitos, a esperança de realização amorosa, aumentando, assim, o investimento afetivo no ideal do amor. Podemos, enfim, imaginar que, sem a força dos meios tradicionais de doação de identidade-família, religião, pertencimento político, pertencimento nacional, segurança de trabalho, apreço pela intimidade, regras mais estritas de pudor moral, preconceitos sexuais, códigos mais rígidos de satisfação sensual etc. -,restou aos indivíduos a identidade amorosa, derradeiro abrigo num mundo pobre em Ideais de Eu. (COSTA, 1998, p. 21).

Estamos mergulhados na era da democracia das privações de ideais efetivamente importantes na qual não somente as mulheres, mas também os homens voltam-se “para o amor como quem espera a arca de Noé. Só que o Dilúvio chegou antes da arca. O amor se tornou a última razão do sujeito” num ambiente “cercado de violência, competição, frivolidade, superfluidade, egoísmo desenfreado e indiferença” (COSTA, 1998, p. 21). Enfim, “o amor ergueu-se como uma fronteira ou uma trincheira entre o sujeito moral e a barbárie do mercado” (COSTA, 1998, p. 21).

O amor se tornou simplesmente “um sentimento a mais na dieta dos prazeres a quilo” e começou a ser encarado “como qualquer coisa ou pessoa na cultura do consumo: perdeu o interesse, lata do lixo! Em vão quisemos fazer dele um só e o mesmo passaporte para a ‘ilha dos prazeres’ e para o céu das emoções perenes. A operação malogrou” (COSTA, 1998, p. 21). Assim como no passado, “continuamos invocando ritualisticamente o amor. Mas como quem pede proteção aos deuses da chuva mandando e-mails com dados de satélites meteorológicos! Donde os inevitáveis quiproquós” (COSTA, 1998, p. 21).

Curiosamente, ensinam-nos também que o amor em sua forma apaixonada só acontece fortuitamente quando encontramos pessoas realmente especiais. Dado que o amor-paixão romântico é por todos “percebido, sentido e discutido” como um evento “raro”, o dotamos de um “enorme valor cultural” (COSTA, 1998, p. 35). Conseqüentemente, somos conduzidos a acreditar que a ‘questão da sexualidade’ é menos “importante moralmente do que a ‘questão amorosa’ no que concerne à realização emocional dos indivíduos” (COSTA, 1998, p. 35). Assim, aos excluídos do amor-paixão romântico são oferecidos os seguintes estigmas auto-aplicados: "infelizes", "azarados", "irrealizados", "neuróticos", "ansiosos",

"narcísicos", "frustrados", "medrosos" (COSTA, 1998, p. 36). Ora, "aprendemos a crer que amar romanticamente é uma tarefa simples e ao alcance de qualquer pessoa razoavelmente adulta, madura, sem inibições afetivas ou impedimentos culturais" (COSTA, 1998, p. 36). Não por menos o sentimento de fracasso amoroso "é acompanhado de culpa, baixa de auto-estima e não de revolta contra o valor imposto, como na situação de preconceito. Poucos são capazes de duvidar da 'universalidade' e da 'bondade' deste amor culturalmente oferecido como algo sem o que nos sentiremos profundamente infelizes" (COSTA, 1998, p. 36).

Julgamos que os outros e nós mesmos somos de modo geral muito "narcisistas, egoístas e descomprometidos" (COSTA, 1998, p. 21). Acabamos por não questionar se "o amor que sonhamos pode sobreviver ao desmoronamento da moral patriarcal e, sobretudo, à nossa paixão pelo efêmero" (COSTA, 1998, p. 24). É bem verdade que o amor "nasceu na 'Era dos Sentimentos', do gosto pela introspecção e por histórias sem fim de apostas ganhas e perdidas" (COSTA, 1998, p. 24). Mas o que dizer do hoje? Segundo Costa,

entramos na "Era das Sensações", sem memória e sem história. Nada nos parece mais bizarro e tedioso do que aventuras sem orgasmos e sofrimentos sem remédio à vista. Aprendemos a gozar o fútil e o passageiro e todo "além do princípio do prazer" é só um vício de linguagem ou da inércia dos costumes. Em suma, vivemos numa moral dupla: de um lado, a sedução das sensações; de outro, a saudade dos sentimentos. Queremos um amor imortal e data de validade marcada: eis sua incontornável antinomia e sua moderna vicissitude! (COSTA, 1998, p. 24).

Platão com certeza ficaria escandalizado diante de algumas manifestações do amor que lhes seriam repugnantes como a idealização do adultério que, em suma, é um reflexo deste ideal do amor-paixão romântico eterno e ao mesmo tempo efêmero, ou seja, impossível. Assim como aconteceu durante a idade média quando os trovadores exaltavam o amor à margem, fora do casamento, ocorre atualmente. O cinema e as novelas armaram uma verdadeira cavalaria contra o casamento: o marido ou a esposa são sempre chatos(as), incompreensíveis e arrogantes, o(a) amante, ao contrário, é agradável, compreensivo(a) e modesto(a).

Rougemont salienta que "todos os meses aparece uma vasta literatura sobre a 'crise do casamento'" e diz não acreditar que dessa "literatura resulte qualquer espécie de solução prática: pois [...] ao aguçar nossa consciência sobre o problema,

todos esses livros contribuem para torná-lo insolúvel” (ROUGEMONT, 1988, p. 229). As coerções sagradas, sociais e religiosas que se impunham a favor da instituição matrimonial gradativamente entraram em derrocada. “A maioria dos casais já não sente a necessidade “supersticiosa” de se fazer abençoar por um padre” (ROUGEMONT, p. 230). As pessoas repudiam as coerções religiosas e sociais porque a ideia de permanecer casado para todo o sempre é inconcebível. Para muitos as diferenças de temperamento, de caráter e de gostos podem interpor-se entre os cônjuges e sobrepor-se ao desejo romântico do viver felizes para sempre.

Com tantos casamentos desfeitos e tantas pessoas a procura de sua alma gêmea, a descrição grega que melhor explica o contexto amoroso dos indivíduos modernos talvez seja a de Aristófanes que vê na busca incansável pela metade perdida o principal objetivo do amor (PLATÃO, 1986). O problema é que ao encontrar supostamente sua metade as pessoas logo, logo se sentem insatisfeitas e mesmo sendo dolorosa a separação - para Aristófanes, apenas comparada a dor da mutilação – elas não se cansam de procurar num outro parceiro aquilo que julgam necessário para lhes dar sentido de completude do Ser. São poucos aqueles cuja conexão dos corpos, mas, sobretudo das almas, significa complementaridade de essência e menos ainda os que aspiram com fervor e força à integridade da união.

### **Referências:**

ALMEIDA, T. & MAYOR, A. S. (2006). O Amar, o Amor: uma perspectiva contemporâneo-ocidental da dinâmica amorosa para os relacionamentos. In R. R. Starling & K. A. Carvalho. **Ciência do Comportamento Humano: conhecer e avançar**. São Paulo: ESETec, (pp. 99-105)

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DELPRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DELPRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **História do amor no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAGNON, John H.. **Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GARCIA, Wilton (Org.). **Corpo e subjetividade: estudos contemporâneos**. São Paulo: Factash Editora, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As transformações da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LIMA, Lana L. G. Confissão e sexualidade. In: PARKER, R.; BASTOS, C.; GALVÃO, J.; PEDROSA, J. S. **A aids no Brasil (1982-1992)**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Baueri, São Paulo: Manole, 2005.

\_\_\_\_\_. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOYOLA, Maria Andréa. **A antropologia da sexualidade no Brasil**. PHISIS: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2000.

MORIN, Edgar. **Amor, Poesia, Sabedoria**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

PLATÃO. **Diálogos**: Timeu, críticas, o segundo Alcibíades, Hípias menor. Belém: UFPA, GEU, 1986.

PLATÃO. **Banquete**. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora Nova Cultural. Ed. 5. 1991

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.

ROUGEMONT, Denis. **O amor e o ocidente**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A, 1988.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. “Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres”. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 99-110.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

XAVIER FILHA, Constantina. **A sexualidade feminina entre práticas divisoras**: da mulher “bela adormecida” sexualmente à multiorgástica – imprensa feminina e discursos de professoras. GT: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23. UFMS / DED / PPGEduc, 2012. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/gt23-3297--int.pdf>> Acesso em: 8 jan. 2012.

ZIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

***Recebido em Junho de 2014.  
Aprovado em Dezembro de 2014.***